

continuação

Fábrica de Papel da Amazônia S.A.

CNPJ nº 04.909.479/0001-34

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgada no Brasil. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.2.10.**

Fornecedores: Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.2.11.**

Empréstimos e financiamentos: São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. Os custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.12. Provisões e passivos contingentes:** Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos cíveis e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes de natureza tributária e civil avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **3.2.13.**

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.2.14. Dividendos:** A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. **3.2.15. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **3.2.16. Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos no tempo de trânsito ("lead time") e são produtos destinados ao mercado interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Um passivo de reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecido para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente. **3.2.17.**

Receitas e despesas financeiras: Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos, receitas de juros de aplicações financeiras e recebidos de clientes, descontos obtidos e outras receitas e

despesas financeiras. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.18. Resultado básico por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade das ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **3.2.19. Participação dos funcionários e administradores no resultado:** Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, são apresentadas a seguir: (i) valor justo de instrumentos financeiros (nota 4); (ii) análise anual do valor recuperável de impostos (nota 9 e 11); (iii) vida útil dos bens do ativo imobilizado (nota 12); (iv) provisão para passivos judiciais (nota 16); A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes:** Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros: 4.1.1. Visão geral: Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; (ii) crédito; e (iii) taxas de juros. A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia. A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam: (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos; (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e, a Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa. A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e: (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. **4.1.2. Classificação:** Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	5.124	6.391
Contas a receber de clientes (nota 7)	47.082	51.101
Outros ativos	1.095	1.700
	53.301	59.192
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras (nota 6)	43.526	231
	43.526	231
	96.827	59.423
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	16.889	21.975
Contas a pagar de arrendamento (nota 15)	2.507	-
Fornecedores (nota 13)	116.730	54.522
Outros passivos	820	3.281
	136.946	79.778
	136.946	79.778

continua